

RELATÓRIO

DIÁLOGO COM A SOCIEDADE



20 E 21 DE AGOSTO

6º PLANO DE AÇÃO NACIONAL

Parceria para Governo Aberto



SUMÁRIO

03

Apresentação

20

2º dia de encontro

04

**Diálogo com a Sociedade
Civil**

33

Contribuições - 2º dia

05

1º dia de encontro

39

Reflexões finais

15

Contribuições - 1º dia

APRESENTAÇÃO

O **Diálogo com a Sociedade Civil** é um evento idealizado para promover a maior comunicação, engajamento e a participação no 6º Plano de Ação Nacional da Parceria para Governo Aberto (OGP). O intuito é construir uma plataforma para o diálogo periódico com atores de dentro e de fora do 6º Plano, em especial aqueles que representam a sociedade civil. Tornando-se um espaço para trocar informações sobre os andamentos das ações dos 8 compromissos, bem como para receber sugestões de melhorias e de apoio para a realização de atividades. As contribuições podem ser para o aprimoramento desses compromissos, ou do processo de acompanhamento e monitoramento da execução do 6º Plano de Ação.

Para a primeira edição do Diálogo com a Sociedade Civil, a Controladoria Geral da União (CGU), em colaboração com o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil, realizou dois encontros virtuais, nos dias 20 e 21 de agosto de 2024, com cerca de 50 participantes por dia. Estavam presentes representantes de várias organizações da sociedade civil e do governo. Esses participantes puderam compreender os avanços e desafios de cada compromisso do 6º Plano e tiveram a oportunidade para propor questões e sanar dúvidas. As interações foram muito positivas e alcançaram o objetivo de gerar uma aproximação entre governo e sociedade e de identificar pontos de melhorias e de novas parcerias. Este documento busca, então, registrar os principais apontamentos e possibilitar que outros atores possam acompanhar as trocas estabelecidas ao longo desses dias. Nas próximas seções, serão apresentadas as informações compartilhadas pelos coordenadores dos compromissos de acordo com a ordem da programação do evento, bem como as contribuições dos participantes e suas respectivas devolutivas.

DIÁLOGO COM A SOCIEDADE CIVIL

DIAS 20 E 21 DE AGOSTO DE 2024

A primeira edição do Diálogo com a Sociedade Civil foi organizada para ser realizada em dois encontros nos dias 20 e 21 de agosto de 2024. Em cada encontro, quatro compromissos foram abordados conjuntamente, tendo em vista pontos de conexão entre eles, que poderiam fomentar reflexões e facilitar as trocas de experiências.

Nesta seção do documento, em linhas gerais, estão as características dos compromissos e as principais questões apontadas por cada coordenador de compromisso. Para guiar a apresentação, os coordenadores utilizaram as seguintes perguntas como referência:

- 1) Qual o objetivo do compromisso (em linhas gerais) e o principal resultado a ser alcançado?
- 2) Como a execução desse compromisso contribui para o aprimoramento da política pública? É possível identificar impactos ou aprendizados decorrentes da execução do compromisso na política pública?
- 3) Quais os desafios para manter o engajamento de órgãos públicos e representantes da sociedade civil na execução das atividades previstas?

Também está disponibilizado o registro dos comentários, perguntas e propostas de contribuições/colaboração feitas pelos participantes. Vale mencionar que a equipe organizadora forneceu prazo para que outras considerações fossem enviadas por email até 31 de agosto de 2024. As informações aqui fornecidas são o resultado da compilação de todas essas contribuições com suas respectivas devolutivas. Ao fim, ainda são apresentadas as avaliações dos participantes e as reflexões dos organizadores.

As interações, ao longo desses dois dias, fortaleceram a articulação entre integrantes do 6º Plano e demais representantes da sociedade com conhecimento e experiência relevantes nos assuntos abordados. O objetivo foi de criar um ecossistema de colaboração para ampliar as capacidades e impactos do 6º Plano e dessas políticas específicas. Essas trocas foram realizadas com a apresentação dos seguintes compromissos em cada dia:

Dia 20 de agosto de 2024: compromissos 1, 6, 8 e 7.

Dia 21 de agosto de 2024: compromissos 2, 3, 4 e 5.

1º DIA

20 DE AGOSTO DE 2024
REUNIÃO VIRTUAL

COMPROMISSOS APRESENTADOS

01 INSTRUMENTOS PARA APRIMORAR TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA

06 EDUCAÇÃO DIGITAL E MUDIÁTICA PARA PESSOAS IDOSAS

08 PARTICIPAÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR NOS TERRITÓRIOS

07 MELHORES SERVIÇOS PARA AGRICULTURA FAMILIAR

52 representantes da sociedade e do governo estavam presentes

COMPROMISSO 1

INSTRUMENTOS PARA APRIMORAR TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA

ORGÃO COORDENADOR: CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)
REPRESENTANTE: GUILHERME FORTUNA

Compromisso pactuado na elaboração do 6º Plano de Ação: Criar ou aperfeiçoar, bem como disseminar instrumentos que viabilizem a transparência, o engajamento, a participação e o controle social efetivos e qualificados nas fases do ciclo de políticas públicas de infraestrutura: hierarquização de problemas, análises de soluções alternativas, detalhamento e execução de planos e projetos.

Compilação da apresentação feita pelo representante do compromisso:



Resultados esperados

Melhorar a completude e disponibilidade de informações relacionadas a projetos de infraestrutura, incluindo dados sobre planejamento, execução, monitoramento e avaliação das obras. Qualificação da participação social em relação ao planejamento e à execução de grandes obras de infraestrutura, inclusive as concessões públicas.



Contribuições potenciais

- Diminuição da assimetria de informações;
- Aumento do controle social e da responsabilização dos atores formuladores/implementadores;
- Maior participação social nas fases de levantamento de alternativas, no processo decisório e na definição de prioridades associadas;
- Impacto no planejamento de longo prazo, associado à agenda ambiental e de sustentabilidade.



Desafios para o engajamento

Fomentar novas ideias e ações para manter os 17 atores engajados ao longo dos 4 anos de exceção do 6º Plano.



Quem são os responsáveis?

Governo:

- Controladoria-Geral da União (CGU)
- Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
- Ministério das Minas e Energia – MM
- Ministério do Meio Ambiente - MMA
- Ministério dos Transportes - MT
- Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos - MGI
- Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO
- Secretaria-Geral da Presidência da República - SG-PR

Sociedade

- Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA
- GT de Infraestrutura
- Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas - IBRAOP
- Instituto de Energia e Meio Ambiente - IEMA
- Instituto Socioambiental - ISA
- Transparência Internacional Brasil – TI Brasil



COMPROMISSO 6

EDUCAÇÃO DIGITAL E MIDIÁTICA PARA PESSOAS IDOSAS

ORGÃO COORDENADOR: MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA (MDHC)

REPRESENTANTE: ANIER CUELLAR

Compromisso pactuado na elaboração do 6º Plano de Ação: Definir, de forma intersetorial e participativa, um referencial curricular para a educação digital e midiática da pessoa idosa, garantindo seu protagonismo, cuja implementação possa ser monitorada e avaliada.

Compilação da apresentação feita pelo representante do compromisso:



Resultados esperados

- Definir, de forma intersetorial e participativa, um REFERENCIAL CURRICULAR para a educação digital e midiática da pessoa idosa, garantindo seu protagonismo e múltiplas diversidades, e cuja implementação possa ser monitorada e avaliada;
- Que o referencial curricular se consolide como guia principal de gestores, educadores e participantes em geral, na implementação, execução e monitoramento de processos de educação digital e midiática de pessoas idosas em seus territórios;
- Que a utilização do referencial curricular permita a disseminação efetiva e mais equitativa de conhecimento sobre educação digital e midiática;
- Que as pessoas idosas participantes nas formações aprimorem a capacidade crítica em relação às informações veiculadas pela mídia e redes sociais;
- Que as habilidades adquiridas por meio da educação digital e midiática contribuam para a ampliação dos espaços de participação social da pessoa idosa, possibilitando a atuação efetiva desse grupo populacional na definição de políticas públicas e no exercício pleno de seus direitos e da sua cidadania;

- Diminuição do número de pessoas idosas vítimas de golpes e fraudes financeiros e patrimoniais no meio virtual;
- Diminuição do número de pessoas idosas vítimas de assédio das instituições financeiras na oferta de crédito consignado.



Contribuições potenciais

- A definição de um REFERENCIAL CURRICULAR visa não apenas garantir a inclusão digital e midiática das pessoas idosas, mas também promover um envelhecimento ativo e participativo, e que as pessoas idosas sejam apreciadas pela sociedade como cidadãos plenos, com direito ao acesso à tecnologia e à participação na sociedade digital;
- A abordagem intersetorial e participativa, juntamente com um planejamento cuidadoso e uma execução adaptada às realidades locais, deverá assegurar que as diversas necessidades e potencialidades dessa parcela da população sejam reconhecidas e atendidas de maneira eficaz e sustentável.



Desafios para o engajamento

- Entendimento dos princípios e diretrizes da Parceria: sem a compreensão dos objetivos da parceria, não é possível ponderar a importância de coordenar, planejar e executar satisfatoriamente as fases (Marcos) do compromisso;
- Planejamento, liderança, responsabilidade e cooperação para estimular o trabalho em equipe;
- Estabilidade dos representantes das instituições no grupo de ação: as contínuas mudanças afetam a execução e seguimento das atividades.



Quem são os responsáveis?

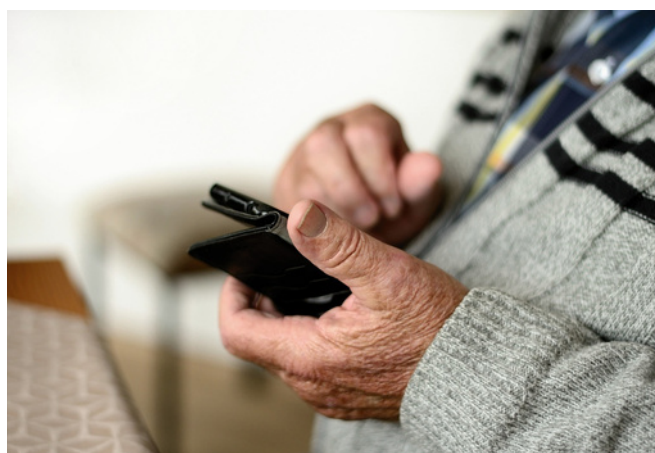
Governo:

- Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)
- Defensoria Pública da União (DPU)
- Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

- Ministério da Educação (MEC)
- Secretaria de Comunicação Social/ Presidência da República (SECOM/PR)

Sociedade

- Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (Cetic.br/NIC)
- Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (Ceweb.br/NIC)
- Instituto Palavra Aberta
- Instituto Vero
- Plataforma Pessoas Idosas com Justiça e Cidadania (PIBRASIL)
- Safer Net Brasil



COMPROMISSO 8

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR NOS TERRITÓRIOS

ORGÃO COORDENADOR: SECRETARIA NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL (SNPS/SG-PR)

REPRESENTANTE: THIAGO FERNANDO DOS SANTOS TEXEIRA

Compromisso pactuado na elaboração do 6º Plano de Ação: Estabelecer uma rede colaborativa de formação de agentes territoriais para potencializar a participação social com educação popular, digital e midiática, promovendo territórios saudáveis e sustentáveis.

Compilação da apresentação feita pelo representante do compromisso:



Resultados esperados

Articular movimentos sociais, organizações da sociedade civil, pessoas educadoras populares e agentes territoriais de políticas públicas, fortalecendo suas iniciativas para a garantia de direitos e fortalecendo a participação social nos territórios do país.



Contribuições potenciais

Contribuições: agentes territoriais articulados ampliam o conhecimento sobre as políticas que promovem, podem estabelecer parcerias com movimentos, organizações e educadoras populares locais e contribuir para que o território onde atuam seja mais saudável e sustentável.

Aprendizados:

- Com base no PPA, há cerca de uma centena de políticas relacionadas à participação ou formação nos territórios.
- Os mapeamentos propostos são complexos e demandam esforço maior que o previsto e ação conjunta com a sociedade.
- As agendas concomitantes da coordenação do compromisso permitem conhecer muitas sinergias possíveis, mas restringem a nossa capacidade operacional.



Desafios para o engajamento

- Estimativa inicial de prazo para os marcos restringe desenvolvimento de ideias para seu cumprimento;
- Estrutura complexa da cadeia de comando dos ministérios representa um desafio para a autonomia das unidades que participam do compromisso;
- Concorrência com agendas não integradas aos princípios dificulta a participação dos entes, mas há sinergia possível;
- Tempo de resposta lento do governo desestimula a participação, assim como a demora na iniciativa de proposição;
- Investimento de tempo e recursos das pessoas da sociedade civil raramente é coberto por financiamento;
- Falta aproximar a sociedade civil também dos marcos mais voltados para as questões internas do governo;
- Dificuldade de oferecer subsídios para ações da sociedade civil.



Quem são os responsáveis?

Governo:

- Assessoria de Participação e Diversidade/Ministério da Gestão e Inovação – APSD/MGI
- Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental – SFDT/MDA
- Secretaria de Informação e Saúde Digital – SEIDIGI/MS
- Secretaria Executiva/ Departamento da Gestão Interfederativa e Participativa – SE/MS
- Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS/MDS
- Secretaria Nacional de Participação Social – SNPS/SG-PR

Sociedade

- ABONG
- Angola Comunicação
- Coalizão Direitos na Rede
- Escola Nacional de Formação da CONTAG – ENFOC
- Escola Nacional Paulo Freire
- Instituto Palavra Aberta

COMPROMISSO 7

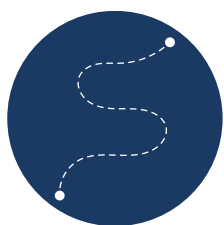
MELHORES SERVIÇOS PARA AGRICULTURA FAMILIAR

ORGÃO COORDENADOR: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR (MDA)

REPRESENTANTE: CLÁUDIA COUTO

Compromisso pactuado na elaboração do 6º Plano de Ação: Avaliar, aprimorar e ampliar o acesso aos serviços do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), com o foco nos usuários

Compilação da apresentação feita pelo representante do compromisso:



Histórico do tema

O tema trabalhado no compromisso se evidenciou por causa da grande quantidade de manifestações de ouvidoria relativas ao serviço do Cadastro de Agricultura Familiar (CAF). O CAF é a porta de entrada do público beneficiário para acessar diversas políticas e benefícios da agricultura familiar. Algumas questões centrais que dificultam o acesso dos usuários a esses serviços são: a) a complexidade do sistema usado para registro de usuários; b) a baixa qualificação da rede cadastradora; c) a falta de integração de dados das ferramentas utilizadas.



Resultados e contribuições

Foi realizada a jornada do usuário do CAF para identificar as dificuldades de acesso aos cadastros dos trabalhadores do campo e propor melhorias

Melhorias identificadas:

- Dar visibilidade a produtoras e produtores rurais;
- Realizar a interoperabilidade dos dados para facilitar o acesso do cidadão ao cadastros, garantir benefícios e medir a satisfação do usuário;
- Ampliar as políticas do MDA por meio do CAF;
- Aprimorar outros serviços do MDA, utilizando essa mesma metodologia do CAF ;
- Qualificar a rede de atendentes do CAF.

A previsão é que uma nova versão do CAF esteja disponível em novembro de 2024. Esta versão será aprimorada a partir das melhorias apontadas.

O MDA também pretende realizar avaliação de impacto de suas políticas após a conclusão do 6º Plano de Ação.



Quem são os responsáveis?

Governo:

- Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA)
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
- Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI)
- Controladoria-Geral da União (CGU)
- Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)

Sociedade

- Observatório Brasileiro de Políticas Públicas (UFMG)
- Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação (RBMA)
- Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)
- Associação Brasileira de Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural, Pesquisa e Regularização Fundiária (Asbraer)
- Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica, Extensão Rural e da Pesquisa do Setor Público Agrícola do Brasil (Faser/ Rede EMATER)
- Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (CONTRAF)
- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)/ Confederação Nacional de Agricultura (CNA)

CONTRIBUIÇÕES • 1º DIA

Após a apresentação dos representantes dos órgãos coordenadores de compromissos, os participantes puderam trazer reflexões e contribuições. A compilação desses apontamentos e as respectivas devolutivas estão a seguir:

TEMA: 6º PLANO DE AÇÃO NACIONAL ASPECTOS GERAIS

CONTRIBUIÇÕES

(J. S. B.): É importante criar um grupo de trabalho, com governo e sociedade civil, para o acompanhamento contínuo dos Planos de Ação, mesmo após sua finalização. Sem o devido acompanhamento, as ações desenvolvidas anteriormente caem no esquecimento. Também é importante que sejam feitas atualizações e que sejam dadas possibilidades para feedback das atualizações de ações de Planos anteriores. A sociedade civil precisa de respaldo institucional para se manter engajada.

Trabalhei no tema de acessibilidade do Plano anterior, e, nesta reunião, por exemplo, esquecemos de perguntar se alguém tinha necessidades de acessibilidades, se precisava de intérprete de libras ou se havia alguém cego.

DEVOLUTIVAS

(Representante da CGU): Há uma preocupação da CGU sobre a questão da continuidade das ações de acompanhamento. Estamos trabalhando em ações específicas da CGU para verificar a perenidade de ações de Planos anteriores. Também vamos levar essa questão para discutir no âmbito do monitoramento, com vistas a entender o que é possível dentro de nossas capacidades para aperfeiçoar esse aspecto.

Sobre a questão da acessibilidade, suas contribuições são muito válidas e servem como pontos de atenção para serem considerados em todas as próximas reuniões.

CONTRIBUIÇÕES

(I.): Qual a perspectiva de desenvolvimento dos servidores que atuam na parte da execução dos planos? Existe algo estruturado em relação a capacitações?

A capacitação de servidores e a institucionalização dessas ações são importantes para a continuidade dos trabalhos desenvolvidos.

DEVOLUTIVAS

(Representante da CGU): Ainda não temos ações específicas de formação de servidores ou de outros atores. Atualmente estamos no processo de convencimento para ampliar a participação de atores do governo e da sociedade. É preciso considerar que a sociedade civil oferece um apoio e uma colaboração sem retorno financeiro; e os órgãos recebem uma atribuição adicional, dentro do plano, para executar. Nesse processo, precisamos demonstrar os benefícios que a participação na Parceria oferece. Assim estamos avaliando os impactos dos Planos anteriores, seus resultados e seus benefícios para que possamos mobilizar mais atores nesses processos.

De toda forma, é muito importante a sua colocação para se pensar linhas de formação. Estamos nos articulando com a própria Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS/SG-PR) para poder trabalhar juntos nessas formações.

(Representante da SNPS/SG-PR): Sobre essa questão da formação, gostaria de reconhecer que a SNPS/SG recebeu um processo formativo em governo aberto, com duração de uma semana, realizado pela CGU. Acredito que esse foi um processo piloto da CGU, mas que foi muito interessante. Além disso, a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) oferece diversos cursos de formação.

(Representante do MDA): A Enap incluiu a competência de diversidade e inclusão para a formação de lideranças para servidores ocupantes de altos cargos.

COMPLEMENTAÇÃO

(I.): Coloco-me à disposição para auxiliar nesse tema, já que trabalho nessa área de pesquisa.

TEMA: COMPROMISSO 1: INSTRUMENTOS PARA APRIMORAR TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA

(D. R.) : Duas perguntas: 1) Há a previsão de colocar as bases de dados e os sistemas de infraestrutura em formato aberto? 2) Sobre o marco 8 e o engajamento do cidadão, o que se tem pensado para formação dos participantes? Goiás está no seu primeiro plano de governo aberto pela OGP e vamos adaptar uma metodologia para aplicar na auditoria de obras com o orçamento de cerca de 500 milhões. O intuito é levar o cidadão comum a entender melhor a obra, seu cronograma, documentos etc. Podemos conversar sobre essas atividades para trocar experiências.

(B. M.): Como está o esforço de integração dessas bases e sistemas com bases conhecidas, em especial, com o Portal da Transparência?

Como está sendo realizada a participação da sociedade no âmbito de políticas de infraestrutura principalmente na parte de fiscalização, considerando que em alguns casos é necessário conhecimentos técnicos e formação para fins de acompanhamento? Queria entender também qual o escopo que se pretende abrir para participação da sociedade para fins de acompanhamento para políticas de infraestrutura.

DEVOLUTIVA

(Representante da CGU): A questão principal do compromisso é a maior integração dos dados entre as diversas plataformas. Em geral, as plataformas já disponibilizam dados abertos, mas o compromisso busca a integração. Temos a intenção de integrar as informações do Cadastro Integrado de Projetos de Investimento - CIPI – que é parte do obras.gov - com o Portal da Transparência.

TEMA: COMPROMISSO 6 - EDUCAÇÃO DIGITAL E MIDIÁTICA PARA PESSOAS IDOSAS

CONTRIBUIÇÕES

(E. P. P.) : É importante considerar que os idosos têm uma série de barreiras. A pessoas idosa, de forma geral, não tem interesse em informática, pois não faz parte do seu dia a dia. É necessário criar esse interesse. Também há a dificuldade de o idoso se dispor a sair de casa, principalmente, quando envolve trânsito e distâncias consideráveis.

Os compromissos que tratam das pessoas idosas e de participação popular poderiam trabalhar juntos, pois há analfabetismo digital também entre os jovens. Essa seria uma forma de unir essas temáticas. para economizar o esforço e ter algum resultado.

DEVOLUTIVA

(Representante do MDHC): O objetivo do nosso compromisso é criar um referencial curricular que leve esses ensinamentos básicos e essenciais para as pessoas idosas, independente de suas localidades, níveis de educação e outras diversidades existentes nesse setor da população.

Para a elaboração desse referencial curricular estamos elaborando uma metodologia que seja capaz de garantir a participação efetiva da maior quantidade de pessoas idosas, nesses processos educativos, assim como, para que elas próprias indiquem suas necessidades e suas prioridades curriculares.

CONTRIBUIÇÕES

(A. T. do BACEN): Na ouvidoria do BACEN, temos percebido que a pessoa idosa é uma grande vítima das fraudes, golpes, problemas de fishing. Isso impacta de forma bem prática e real suas vidas. Para o idoso, essa questão da educação digital é muito importante, mas talvez poderia ser acoplado algo mais prático que tenha um impacto direto da vida deles. A questão de fraude bancária pode ser algo que chame a atenção da pessoa idosa e ajuda no engajamento. O BACEN tem tomado várias medidas, sobretudo depois da criação do pix, para tentar aumentar a segurança da ferramenta. O Bacen está à disposição para colaborar.

DEVOLUTIVAS

(Representante do MDHC): Como já indicamos a metodologia será feita com escuta das pessoas idosas, para que elas próprias indiquem suas necessidades e suas prioridades, mas também serão consideradas outras prioridades a partir de estudos e dados como esses que traz o BACEN.

O intuito é criar e promover uma metodologia de formação efetiva capaz de instruir as pessoas idosas para que elas possam se integrar e participar das atividades da sociedade como lhes é direito.

Ainda, estamos no esforço de integrar outros projetos que desenvolvemos na temática ao compromisso, e criando outras parcerias e articulações.

2º DIA

21 DE AGOSTO DE 2024
REUNIÃO VIRTUAL

COMPROMISSOS APRESENTADOS

02 DADOS PARA O ENFRENTAMENTO COLETIVO DA CORRUPÇÃO

03 PRÁTICAS COLABORATIVAS PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

04 CULTURA DE ACESSO À INFORMAÇÃO

05 DADOS DE AÇÕES AFIRMATIVAS ÉTNICO-RACIAIS

53 representantes da sociedade e do governo estavam presentes

COMPROMISSO 2

DADOS PARA O ENFRENTAMENTO COLETIVO DA CORRUPÇÃO

ORGÃO COORDENADOR: CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)
REPRESENTANTE: OTAVIO NEVES

Compromisso pactuado na elaboração do 6º Plano de Ação: Identificar e promover a abertura, o uso e a melhoria de qualidade de dados estratégicos para prevenção, detecção e combate à corrupção, com a participação da sociedade.

Compilação da apresentação feita pelo representante do compromisso:



Resultados esperados

1) principal resultado a ser alcançado: o grupo busca melhorar a governança de dados para apoiar a luta contra a corrupção, de forma a:

- oferecer melhor qualidade nos conjuntos de dados abertos;
- identificar demandas e promover a oferta de novos dados abertos;
- promover padrões que favoreçam o controle social e atuação dos órgãos.



Contribuições potenciais

- Ajuda a coordenar esforços de governo e sociedade e a relação oferta-demanda;
- Fortalece a oferta de um insumo fundamental para o combate à corrupção;
- Produziu um mapeamento do ecossistema em torno desses dados;
- O grupo está empregando uma metodologia inovadora, que poderá dar apoio a iniciativas em outras áreas.



Desafios para o engajamento

- Metodologia utilizada mobiliza atores de todos os setores da sociedade, em diferentes papéis para contribuir com suas perspectivas;
- Necessidade de contar com o tempo e conhecimento de pessoas, além das já envolvidas com o compromisso;
- Mobilizar os publicadores e produtores de dados, após mapeada a demanda.



Quem são os responsáveis?

Governo

- Controladoria-Geral da União (CGU)
- Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)
- Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)
- Advocacia-Geral da União (AGU)

Sociedade

- Pacto Global
- Instituto Ethos
- Instituto Brasileiro de Certificação e Monitoramento (IBRACEM)
- Transparência Brasil
- Transparência Internacional Brasil

COMPROMISSO 3

PRÁTICAS COLABORATIVAS PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

ORGÃO COORDENADOR: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI
REPRESENTANTE: MAÍRA MURRIETA

Compromisso pactuado na elaboração do 6º Plano de Ação: Promover práticas científicas transparentes, responsáveis, colaborativas e reproduzíveis para acelerar o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e ampliar seu impacto social.

Compilação da apresentação feita pelo representante do compromisso:



Resultados esperados

- Política Nacional de Ciência Aberta elaborada considerando os interesses estratégicos nacionais;
- Diretrizes nacionais para governança e gestão de dados de pesquisa financiada com recursos públicos;
- Plano de ações integradas que seja uma diretriz para os stakeholders envolvidos no tema;
- Identificação de áreas, temas e tecnologias estratégicas e críticas para a autonomia tecnológica do país;
- Proposta de como incorporar práticas de transparência, participação e colaboração nos critérios de avaliação de pesquisadores e instituições;
- Identificação de ações orçamentárias já existentes que possam vir a dar suporte à ciência aberta;
- Pesquisadores capacitados para lidar com práticas transparentes, participativas e colaborativas;
- Infraestrutura para gestão, armazenamento, processamento e análise de dados.



Como alcançar os resultados?

- Atuação coordenada entre governo e sociedade;
- Identificação de iniciativas nacionais e estaduais relevantes;
- Produção de documentos (cartilhas, manuais, livros);
- Realização de eventos na academia e instituições de Ciências e Tecnologia.



Desafios para o engajamento

Para manter o engajamento dos órgãos públicos e da sociedade, é necessário lidar com as diferentes gestões dessas entidades na forma de lidar com o tempo, com as decisões, com orçamentos. A coordenação do compromisso está atenta para ajustar quais são as ações mais adequadas para cada ator de forma que haja continuidade nas ações.

A coordenação também percebe que é importante o alinhamento entre chefias e participantes do compromisso. Os envolvidos precisam de concordância de suas chefias para obter tempo exclusivo para dedicação às atividades do compromisso. Esses combinados também facilitam para que órgãos e entidades tenham disponibilização de recursos para serem usados nas atividades do compromisso.



Como alcançar os resultados?

- Atuação coordenadora entre governo e sociedade;
- Identificação de iniciativas nacionais e estaduais relevantes;
- Produção de documentos (cartilhas, manuais, livros);
- Realização de eventos na academia e instituições de Ciências e Tecnologia.



Quem são os responsáveis?

Governo

- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear
- CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
- IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
- MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
- MD – Ministério da Defesa

Sociedade

- ANPG – Associação Nacional de Pós-Graduandos
- ABEC – Associação Brasileira de Editores Científicos
- RBR – Rede Brasileira de Reprodutibilidade
- SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
- GO FAIR Brasil
- IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
- RNP – Rede Brasileira para Educação e Pesquisa
- Scielo – Scientific Electronic Library Online

COMPROMISSO 4

CULTURA DE ACESSO À INFORMAÇÃO

ORGÃO COORDENADOR: CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)
REPRESENTANTE: KARLA CAMILA MENEZES VIEIRA

Compromisso pactuado na elaboração do 6º Plano de Ação: Fomentar a cultura de acesso à informação e aprimorar o cumprimento da LAI no país, por meio da articulação e colaboração entre poder público e sociedade.

Compilação da apresentação feita pelo representante do compromisso:



Resultados e contribuições

O principal destaque do compromisso é a criação da Rede Lai. A RedeLAI tem como objetivo aprimorar a transparência e o acesso à informação em todo o Brasil, além de estimular a colaboração entre os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Nesse ambiente colaborativo, fomentar inovações e compartilhamento de boas práticas em que os gestores públicos e a sociedade possam interagir buscando o fortalecimento do direito de acesso à informação.

A Rede busca facilitar o processo de compartilhamento para a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A RedeLAI irá se reunir periodicamente para debater temas de interesse e para traçar estratégias conjuntas de atuação. Será possível identificar ineficiências, sobreposições ou falhas nas políticas públicas. Isso permitirá uma melhor alocação de recursos e a implementação de programas que realmente melhorem os processos e viabilizem o acesso às informações públicas em todos os âmbitos do poder público.

Além disso, novas soluções tecnológicas podem ser desenvolvidas e difundidas para melhorar a prestação dos serviços públicos.



Desafios para engajamento

Resistência Cultural e Política

- **Resistência à Transparência:** Muitos órgãos públicos podem ter uma cultura enraizada de opacidade, onde a divulgação de informações é vista como uma ameaça ao controle ou à autoridade. Isso pode gerar resistência à implementação de medidas que ampliem a transparência.
- **Interesses Políticos Contrários:** Em alguns casos, interesses políticos podem ser contrários à transparência, especialmente quando a divulgação de informações pode expor práticas inadequadas ou ineficiências. Isso pode resultar em esforços deliberados para obstruir a rede de transparência.

Capacidade Técnica e Recursos Limitados

- **Falta de Infraestrutura:** Manter uma rede de transparência eficiente exige infraestrutura tecnológica robusta, como portais de dados abertos, sistemas de gestão de informação, e mecanismos de segurança cibernética. Muitos órgãos públicos, especialmente em áreas menos desenvolvidas, podem não ter os recursos necessários.
- **Capacitação e Treinamento:** A falta de pessoal qualificado para gerenciar e atualizar os dados de forma contínua é um desafio significativo. Há a necessidade constante de capacitar servidores públicos para que compreendam e utilizem as ferramentas de transparência de maneira eficaz.

Coordenação e Cooperação Interinstitucional

- **Fragmentação de Informações:** As informações podem estar dispersas entre diferentes órgãos, dificultando a criação de uma rede integrada. A falta de comunicação e coordenação entre as diferentes entidades públicas pode levar à duplicação de esforços ou à ausência de informações críticas.
- **Desafios de Padronização:** A padronização dos dados e dos processos de coleta e divulgação é fundamental para que a rede funcione de forma eficaz. No entanto, alinhar diferentes instituições a um padrão comum pode ser um desafio complexo.

Engajamento da Sociedade Civil

- **Baixo Nível de Alfabetização Digital:** Para que a sociedade civil participe ativamente, é necessário que haja um nível mínimo de alfabetização digital. Se grande parte da população ou dos representantes da sociedade civil não tiver habilidades digitais adequadas, o engajamento será limitado.

- Democratização do direito de acesso à informação: Fomentar e orientar cidadãos, inclusive populações vulneráveis, a utilizá-lo.

Sustentabilidade e Manutenção a Longo Prazo

- Mudanças Políticas: A continuidade das políticas de transparência pode ser comprometida por mudanças no cenário político, como a troca de governos ou de lideranças. Novos líderes podem priorizar outras áreas ou reverter progressos feitos anteriormente.

- **Financiamento e Recursos Sustentáveis:** Manter a rede funcionando a longo prazo exige financiamento constante. Em tempos de crise econômica ou cortes orçamentários, a transparência pode ser vista como uma área de menor prioridade, levando à diminuição dos recursos destinados a essa área.



Como superar os desafios?

- Educação e Sensibilização: Investir em campanhas de educação e sensibilização para mudar a cultura em relação à transparência e à importância do acesso à informação.

- Fortalecimento Institucional: Desenvolver a capacidade técnica e institucional dos órgãos públicos para gerenciar e compartilhar informações de forma eficiente.

- Parcerias e Colaboração: Incentivar a colaboração entre governo e sociedade civil para superar obstáculos técnicos e financeiros.

- Sustentabilidade e Comprometimento: Garantir que as iniciativas de transparência sejam incorporadas como parte essencial das políticas públicas, com financiamento e apoio contínuos.

Esses desafios são complexos, mas superá-los é essencial para o sucesso e a eficácia de uma Rede de transparência que realmente contribua para o aprimoramento das políticas públicas.



Quem são os responsáveis?

Governo

- CGU - Controladoria-Geral da União
- MGI - Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos
- SGPR - Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas
- CNMP - Conselho Nacional do Ministério Público

Sociedade

- Transparência Brasil
- Artigo 19
- Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas
- Fiquem sabendo
- OBS - Observatório Social do Brasil
- OPS - Instituto Observatório Político e Socioambiental



COMPROMISSO 5

DADOS DE AÇÕES AFIRMATIVAS ÉTNICO-RACIAIS

ORGÃO COORDENADOR: MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL - MIR
REPRESENTANTE: RAFAEL BATISTA VAZ DOS SANTOS

Compromisso pactuado na elaboração do 6º Plano de Ação: Produzir, tratar e disponibilizar dados de ações afirmativas étnico-raciais padronizados e de qualidade, de forma colaborativa e em catálogo único.

Compilação da apresentação feita pelo representante do compromisso:



Resultados esperados

O principal objetivo é estabelecer governança de dados de ações afirmativas étnico-raciais, públicas e privadas, de forma colaborativa, institucional e interdependente, a fim de integrar e padronizar a produção, coleta e tratamento e disponibilização dos dados.



Impactos e aprendizados

- A inclusão do módulo de ações afirmativas no sistema terá grande impacto no monitoramento das ações afirmativas no serviço público. O compromisso impulsionou a articulação e já é possível observar resultados importantes decorrente desse Marco. Para o Concurso Nacional Unificado (CNU), por exemplo, já será possível ver o quão significativo foi essa inclusão.
- Concentrar a atenção da equipe para buscar soluções e articulações para os problemas identificados. O compromisso nos "força" a sempre voltar a atenção para essa questão e buscarmos caminhos e articulações pra resolver as questões.
- A Diretoria de Avaliação, Monitoramento e Gestão da Informação do MIR se somou a esse esforço, então entendemos que internamente o compromisso também ganhou força.

- Às vezes o que falta é ter um diálogo entre os órgãos sobre pontos de melhoria nos dados. Às vezes sequer é necessário orçamento para resolver dificuldades em relação à dados. Aprendemos que diálogos e articulações possibilitam muitos avanços.
- É importante ter pessoas da equipe dedicadas a pensar os dados, sua integração, sua disponibilização. Identificamos isso como um aspecto importante pra nossa equipe.
- Construir o plano coletivamente e ter um órgão reforçando o trabalho do outro, ter a sociedade civil ativa e buscando colaborar é realmente importante nessa construção colaborativa das entregas.
- A atuação no Compromisso tem possibilitado estreitar os laços com instituições engajadas e interessadas neste desafio, agregando não só esforço na execução dos Marcos como vislumbrando parcerias em prol de ações que busquem maior equidade.



Desafios

- O monitoramento é essencial para o manter o engajamento. A agenda com reuniões periódicas, metas e prazos a cumprir auxiliam muito a manter o compromisso.
- Vale destacar que é inevitável que aconteçam imprevistos em Planos de Ações desta magnitude. Neste caso a flexibilidade e a resolução conjunta do problema tem funcionado muito bem a lidar com estas situações.
- A divulgação dos resultados e andamento da execução dos Marcos inspiram instituições pouco envolvidas a participar e até a assumir protagonismo no plano.



Quem são os responsáveis?

Governo

- Controladoria-Geral da União – CGU
- Escola Nacional de Administração Pública – ENAP
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA
- Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços – MGI
- Ministério da Igualdade Racial – MIR
- Senado Federal

Sociedade

- Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdade Racial – CEDRA
- Geledes Instituto da Mulher Negra
- Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa - GEMA
- Instituto Alana
- Interdisciplinariedade e evidências no Debate Educacional - IEDE



(Igualdade é prioridade: vote programa da Igualdade Racial no PPA Participativo — Ministério da Igualdade Racial (www.gov.br))

CONTRIBUIÇÕES • 2º DIA

Após a apresentação dos representantes dos órgãos coordenadores de compromissos, os participantes puderam trazer reflexões e contribuições. A compilação desses apontamentos e as respectivas devolutivas estão a seguir:

TEMA: 6º PLANO DE AÇÃO NACIONAL ASPECTOS GERAIS

CONTRIBUIÇÕES

(P. C. S.): Considerando que 6º Plano de Ação Nacional passará por revisão, no próximo ano, gostaria de saber sobre o andamento desse processo de revisão. Ainda pergunto aos coordenadores o que será possível entregar e o que será preciso ser ajustado para este período de revisão.

DEVOLUTIVAS

(Representante da CGU): A revisão do 6º Plano está prevista para ocorrer em 2025. Atualmente todos os marcos são factíveis de serem executados, mas é possível incluir novos marcos ou revisar aqueles já pactuados. A metodologia para revisão do Plano ainda não foi elaborada. Como requisito, esta metodologia precisa contemplar um processo de cocriação e envolvimento da sociedade. Não cabe somente ao coordenador de compromisso definir os ajustes necessários e acréscimos possíveis.

TEMA: COMPROMISSO 2 - DADOS PARA O ENFRENTAMENTO COLETIVO DA CORRUPÇÃO

CONTRIBUIÇÕES

(W. G.): Trabalhamos com programas de educação cidadã, um deles é voltado para rede estadual de ensino com auditoria cívica.

Gostaria de saber se será possível trabalhar o mapeamento de dados colocando a questão da rastreabilidade da aplicação dos recursos. Como no caso das emendas, por exemplo, é muito difícil identificar a saída da emenda e a aplicação das emendas.

DEVOLUITVAS

(Representante da CGU): De acordo com a metodologia adotada, não é possível saber o tema que será priorizado e, conseqüentemente, o tema que será trabalho. Podemos conversar para verificar o escopo do seu projeto e entender possibilidades de apoio e trabalho conjunto. A CGE também pode indicar alguém para colaborar com a metodologia das 100 perguntas, adotada pelo grupo do compromisso.

TEMA: COMPROMISSO 3 - PRÁTICAS COLABORATIVAS PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

CONTRIBUIÇÕES

(B. M.): Os dados, em especial, sobre a produção acadêmica financiada com recurso público são pouco acessíveis por parte da sociedade civil. Os órgãos responsáveis (CAPES, CNPQ, MCTI, MEC) possuem pouco diálogo e produzem dados com metodologias diametralmente diferentes e inviabiliza análises comparativas. Há preocupação também com a transparência da interação do governo com as Organizações da Sociedade que operacionalizam a execução de políticas de ciências e tecnologias. Há dificuldade de acessar informações sobre essas entidades, em especial, por meio da LAI, já que algumas não estão no FALA.br. Como exemplo, é difícil acessar informações sobre a Embrapii e a RPN por meio de pedido de acesso à informação.

Também há o problema da interpretação da LGPD e dados pessoais para ter acesso à informação de produção e investimento em ciências e tecnologia. Um exemplo dessa falta de transparência é o fato de o currículo Lattes não ter dados abertos.

DEVOLUITVAS

(Representante do MCTI): Há diversos dados de qualidade e confiáveis sobre a temática da pesquisa científica que estão

disponibilizados. A área responsável por esses dados é muito aberta para o diálogo e pode ser contactada para dúvidas. Especificamente sobre a questão de a EMBRAPPII não estar no Fala.br, entrarei em contato com a ouvidoria para esclarecer esse ponto. Entretanto, em relação aos dados abertos, o Decreto n° 8777/2016 não alcança essas organizações. Sobre a questão do Lattes: há um Acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) que orienta a abertura dos dados do Lattes.

DEVOLUITVAS

O MCTI destacou uma ação orçamentária para essa abertura, o problema é o entendimento interno sobre os dados que podem ser disponibilizados.

O CNPQ disponibilizou um painel para baixar dados sobre essa questão, apesar de não ter a granularidade necessária.

Infelizmente as interações e consolidação de entendimentos das organizações envolvidas (CNPQ, CAPES e MCTI) não acompanham as evoluções e transformações digitais e a necessidade de interoperabilidade de dados.

A plataforma Aquarius foi uma tentativa dessa interoperabilidade, mas que não evoluiu por causa de uma falta de chave para permitir essa interoperabilidade.

Apesar de o tema levantado nessas questões não serem exatamente o tratado no compromisso, faço o convite para que participe das reuniões do compromisso para ter contato com as instituições envolvidas no tema.

COMPLEMENTAÇÃO

(B. M.): Sugiro a atualização do Decreto n° 8777/2016 e do Decreto n° 7724/2012 para expandir a Lei de Acesso à Informação e a Política de Dados Abertos, em relação aos dados e informações de instituições que não estão sendo contempladas, como é o caso da Embrapii.

CONTRIBUIÇÕES

(P. C. S.): Quais foram os aprendizados dos Planos anteriores que contemplaram o tema de ciência aberta? Em que medida isso está sendo utilizado no Plano atual? As associações científicas estão envolvidas neste compromisso? Quais seriam? Quais são as áreas que estão em colaboração com o tema?

DEVOLUITVAS

(Representante do MCTI): As áreas mais receptivas ao tema de ciência aberta são as sociais aplicadas e a área da saúde. As áreas da saúde, em especial, se beneficiaram muito da ciência aberta no momento da pandemia. A área que demonstra maior resistência é a física.

Eu acompanhei os Planos anteriores e, como aprendizado, vi o amadurecimento inclusive das pessoas sobre o assunto e de áreas do governo que trabalham o tema. Por ser um tema novo, é necessário muito diálogo para consolidar entendimentos. Este ano, como resultado do compromisso, publicamos um jornal sobre ciências abertas com o alcance de 19 mil pessoas.

Sobre os integrantes atuais, fizemos o esforço de, neste Plano, envolver instituições diferentes para dar uma renovada e trazer diferentes visões. As associações científicas por área de conhecimento não foram alcançadas neste Plano, pois existe um problema de capacidade operacional dessas instituições que, muitas vezes, são compostas por estudantes.

TEMA: COMPROMISSO 4 - CULTURA DE ACESSO À INFORMAÇÃO

CONTRIBUIÇÕES

(B. M.): É necessário garantir que a sociedade civil tenha espaços para participação efetiva e deliberativa na Rede LAI, bem como em outros espaços de participação.

(C. P.): É importante incentivar a participação na execução dos compromissos de entidades do governo e da sociedade que inicialmente participaram da elaboração dos compromissos. No caso das entidades governamentais, percebeu-se que atores com colaborações muito pertinentes não estão mais engajados. No caso de entidades da sociedade, houve um problema de não engajamento de atores da sociedade para a formulação da criação da Rede LAI. Neste caso, a CGU, como coordenadora do compromisso, foi responsiva e está garantindo a participação dessas entidades no compromisso e no Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção – CTICC.

Atualmente a sociedade civil está colaborando com o regimento da Rede LAI. Esse destaque pode ser pertinente para outros coordenadores de compromisso se esforçarem para envolver os atores. Os coordenadores tanto de compromissos quanto de marcos devem ter esse papel ativo no engajamento de quem participou inicialmente da elaboração dos compromissos.

DEVOLUTIVAS

(Representante da CGU): Essa questão de envolvimento da sociedade já foi tratada em outros fóruns. Conforme mencionado, a sociedade está participando ativamente da elaboração do Regimento da Rede LAI. Também está sendo empregado esforço para criar modelo de mobilização de integrantes do governo nesses espaços colaborativos. É consenso que a Rede deve envolver governo, sociedade civil, academia e outros interessados.

O desafio é estabelecer um arranjo que contemple a participação da sociedade civil e conte com o engajamento dos representantes dos governos locais, pois a participação é voluntária. O grupo do compromisso está conversando e avançando sobre esses pontos de forma bem produtiva.

CONTRIBUIÇÕES

(P. C. S): Sugiro também que se reflita sobre a comunicação dos governos para área de acesso à informação. Considerando que existem desinformação, fakenews, misinformation, que atrapalham os governos e servidores que trabalham na área. As informações de qualidade poderiam ser usadas mais ativamente por meio da comunicação pública. Seria uma forma de promover o acesso e defender os serviços públicos.

DEVOLUTIVAS

(Representante da CGU): Concordamos sobre a importância da comunicação. A CGU está atenta para essa questão.

TEMA: COMPROMISSO 5 - DADOS DE AÇÕES AFIRMATIVAS ÉTNICO-RACIAIS

CONTRIBUIÇÕES

(B. M.): É importante considerar os aspectos de raça e gênero na interpretação da LGPD. É importante um entendimento consolidado e que o MIR esteja envolvido nessas tratativas. Os dados de raça e gênero são importantes para avançar em políticas sociais. A falta desses dados invisibiliza um problema de representatividade. Além disso, a adoção desses dados, pelo governo federal, tende a ser um exemplo seguido por outros entes subnacionais.

DEVOLUTIVAS

(Representante do MIR): O MIR está em constante articulação com o MEC e outros ministérios para ter acesso aos dados raciais sobre educação, trabalho, administração pública, saúde. Esses dados são essenciais tanto na formulação como no monitoramento dessas políticas. É importante compreender os impactos das ações afirmativas para a realização de diagnósticos e ações de aprimoramento. Essa é uma das prioridades que já estão sendo trabalhadas pelo Ministério.

CONTRIBUIÇÕES

(P. C. S.): O compromisso prevê o estabelecimento de uma comunidade de padronização de dados com a participação de órgãos e da sociedade civil para avançar na abertura de dados de ações afirmativas? Terá um passo a passo dessa padronização?

DEVOLUTIVAS

(Representante do MIR): O compromisso contém marcos cuja proposta é o estabelecimento de um modelo de referência para dados étnico-raciais que atenda os critérios de qualidade. Estes marcos têm a participação de entidades governamentais e sociedade civil que devem trabalhar de forma colaborativa na sua execução. As ações estão em andamento, no entanto, ainda não há um passo a passo para ser compartilhado.

REFLEXÕES FINAIS

Concluídos os dois dias do Diálogo com a Sociedade Civil – 20 e 21 de agosto de 2024 – ficamos com a certeza de que sempre é possível fazer nascerem boas ideias a partir das ações colaborativas.

Tivemos a participação de atores da sociedade civil e do governo, pessoas que estiveram presentes na construção e execução de Planos de Ação anteriores e pessoas que estão fazendo o 6º Plano acontecer. Todas querendo encontrar alternativas para aprimorar o processo de implementação e monitoramento dos compromissos, bem como de manter vivas iniciativas idealizadas e postas em prática no âmbito dessa grande parceria, que são os Planos de Ação Nacional.

Foi fundamental termos construído esse momento em colaboração – CGU e GT da Sociedade Civil. Assim foi possível desenhar uma proposta metodológica que atendesse as expectativas de articular temáticas e abordar questões centrais para avaliar não exclusivamente o alcance dos resultados, mas as conquistas e limites do processo.

Nesse sentido, o grupo esteve aberto a reconhecer os ensinamentos disponibilizados por cada organização participante e os aprendizados coletivos. O que significa dizer que as pessoas estão implicadas no processo e reconhecem a necessidade de manter vivo o engajamento. Aliás, esse é um desafio, visto que são quatro anos de intenso trabalho.

Estamos na primeira edição de um plano com duração de quatro anos e, além da revisão bianual, devemos realizar dois encontros com a sociedade a cada ano, para que seja dado conhecimento sobre os frutos do 6º Plano de Ação.

Nessa direção, avaliamos que o nosso primeiro Diálogo com a Sociedade Civil do ano de 2024, alcançou seu objetivo de ser um espaço de trocas de informações, engajamento e recepção de sugestões para melhoramento do processo, e de apoio para a realização das atividades.

Até o próximo Diálogo!